

Zeitschrift: Revue de linguistique romane
Herausgeber: Société de Linguistique Romane
Band: 82 (2018)
Heft: 327-328

Artikel: Usos epistémicos de haver e ter em português antigo
Autor: Brocardo, Maria Teresa
DOI: <https://doi.org/10.5169/seals-842240>

Nutzungsbedingungen

Die ETH-Bibliothek ist die Anbieterin der digitalisierten Zeitschriften auf E-Periodica. Sie besitzt keine Urheberrechte an den Zeitschriften und ist nicht verantwortlich für deren Inhalte. Die Rechte liegen in der Regel bei den Herausgebern beziehungsweise den externen Rechteinhabern. Das Veröffentlichen von Bildern in Print- und Online-Publikationen sowie auf Social Media-Kanälen oder Webseiten ist nur mit vorheriger Genehmigung der Rechteinhaber erlaubt. [Mehr erfahren](#)

Conditions d'utilisation

L'ETH Library est le fournisseur des revues numérisées. Elle ne détient aucun droit d'auteur sur les revues et n'est pas responsable de leur contenu. En règle générale, les droits sont détenus par les éditeurs ou les détenteurs de droits externes. La reproduction d'images dans des publications imprimées ou en ligne ainsi que sur des canaux de médias sociaux ou des sites web n'est autorisée qu'avec l'accord préalable des détenteurs des droits. [En savoir plus](#)

Terms of use

The ETH Library is the provider of the digitised journals. It does not own any copyrights to the journals and is not responsible for their content. The rights usually lie with the publishers or the external rights holders. Publishing images in print and online publications, as well as on social media channels or websites, is only permitted with the prior consent of the rights holders. [Find out more](#)

Download PDF: 12.01.2026

ETH-Bibliothek Zürich, E-Periodica, <https://www.e-periodica.ch>

Usos epistémicos de *haver* e *ter* em português antigo

1. Enquadramento geral e objetivos

Os verbos *haver* e *ter* em português foram já estudados, diacronicamente, a partir de diversas perspetivas, com base em pressupostos descritivos, teóricos e metodológicos diferenciados, em estudos mais abrangentes ou que incidiram sobre aspectos mais específicos dos seus funcionamentos, em diferentes sincronias. Lembro aqui apenas alguns desses trabalhos, de entre os muitos que corresponderiam a uma bibliografia completa sobre este tema, destacando vários textos de Mattos e Silva (1995, 1997, 2002, entre outros), além de outros autores (Ribeiro 1996, Cardoso e Pereira 2003)¹. Muito genericamente, esta bibliografia trata os referidos verbos tendo em atenção sobretudo, por um lado, as mudanças ocorridas nos seus funcionamentos como verbos principais em estruturas de ‘posse’ e, por outro, as alterações que determinaram a sua emergência como auxiliares de tempos compostos.

No que respeita ao primeiro aspeto referido, defendi em trabalho anterior (Brocardo 2006) a pertinência, para uma melhor compreensão do percurso diacrónico destes verbos, de delimitar as construções em que *haver* e mais tarde *ter* ocorrem com um funcionamento de verbos leves, integrando predicados complexos, em particular, embora não exclusivamente, com complementos cujo núcleo é um nome deverbal (por exemplo, *haver / ter acordo*, ‘acordar’, *haver / ter guerra*, ‘guerrear’). Pretendi, assim, apresentar uma alternativa a descrições que se centram na alternância ou competição entre estes verbos em fases passadas da língua sem terem especificamente em atenção a diferença essencial entre um funcionamento pleno e um funcionamento caracterizável como leve, defendendo que este dado é relevante para uma melhor compreensão do processo de extensão e generalização de *ter* a contextos antes restritos a *haver* na história do português.

¹ De modo a não multiplicar excessivamente as referências, não cito aqui gramáticas históricas e outras obras de referência, quer especificamente sobre o português, quer de âmbito mais geral, hispânico e / ou romântico, cujas descrições e análises constituem necessariamente o ponto de partida e enquadramento prévio dos estudos sobre a história de *haver* e *ter*.

O funcionamento de *haver* e *ter* em perífrases com infinitivo, em que se associa um valor temporal de futuro a diferentes valores modais deônticos, é também, por vezes, referido na literatura, embora em trabalhos de âmbito mais geral – vejam-se, por exemplo, as breves referências a estes aspectos em Mattos e Silva (1989, 467; 2008, 444) – ou em trabalhos que focam mais centralmente outros tópicos, como Brocardo (2013, 82-85) sobre a expressão do ‘futuro’, ou Brocardo (2014), este especificamente sobre os valores da construção *houvera de* + infinitivo. Como estas descrições geralmente referem, de resto remetendo também para referências anteriores (como Said Ali 1964⁶, § 829), é *haver* que ocorre nestas perífrases nas fases mais antigas, sendo *ter* aparentemente de emergência tardia na história do português com um funcionamento modal deôntico.

Nos vários casos referidos, se bem que de modos diferentes, parece pois consistente uma tendência geral na história da língua portuguesa – de substituir *haver* por *ter*, sendo o primeiro verbo geralmente apontado como (mais) característico das fases mais antigas, e emergindo o segundo como inovação, mais precoce ou mais tardia.

Como consequência desta tendência geral, em português contemporâneo é claramente *ter* que, em contraste com *haver*, assume uma maior diversidade de valores. Ocorre, em diferentes contextos sintático-semânticos, como verbo principal pleno (*Ela tem um belo carro / dois filhos / cabelos louros...*) ou leve (*Ela tem muitas discussões com a mãe*), como auxiliar de tempos compostos (*Ela tem feito muitos disparates / estado em Paris*), em perífrases modais (*Ela tem de estudar mais*), e mesmo como existencial, suplantando *haver* em registos do português do Brasil (*Tem gente que...*).

Numa perspetiva diacrónica, destacam-se, assim, como especificidades do português, em contraste com outras línguas românicas, a obsolescência total de *haver* como verbo principal pleno de ‘posse’ ou verbo principal leve (tal como em castelhano), e uma tendência marcada para o seu desuso, na maior parte dos registos, como auxiliar de tempos compostos. Mas mesmo neste caso talvez se possa falar em obsolescência, embora parcial, dado que se é um facto que *haver* persiste efetivamente em certos registos, não só há diferenças em termos de frequência de uso, como a possibilidade da sua ocorrência nos diferentes paradigmas e formas flexionadas parece também ser desigual, levando a uma tendencial defetividade no caso do pretérito perfeito composto². Já em perífrases com infinitivo que associam valores modais deônticos a valor

² Veja-se que, em contraste com o mais-que-perfeito composto, em que todas as formas de pessoa-número estão representadas nos usos, embora marcados, em que *haver* ocorre como auxiliar (por exemplo, *havia dito*, etc.) o mesmo não parece acon-

temporal de futuro, a diacronia de *haver* e *ter* parece mostrar um percurso um tanto diferente. Além de, como já referi, *ter* aparecer mais tarde nestas perífrases, é de assinalar também aqui a persistência de *haver*, e a sua notória produtividade na língua atual, neste tipo de construções. De assinalar também que há nos usos modais diferenciação de valores entre as construções com *haver* e *ter* (ver, por exemplo, Brocardo 2013, com remissão também para outras referências), o que não acontece na persistência (limitada) de *haver* como auxiliar de tempos compostos.

Sempre com o objetivo geral de procurar contribuir para um conhecimento mais alargado e aprofundado da diacronia de *haver* e *ter* em português, irei concentrar-me neste trabalho num outro tipo de funcionamento destes verbos, em que a sua ocorrência, em fases passadas da história da língua, em alguns tipos de estruturas, desencadeia leituras caracterizáveis como epistémicas. Uso esta caracterização para referir, muito genericamente, a expressão de algum tipo de validação, por parte do enunciador, do que é expresso no enunciado, ou seja, para referir aquelas ocorrências em que os verbos referidos seriam parafraseáveis por verbos como *considerar* ou *achar* em português contemporâneo.

Os objetivos mais específicos deste estudo são de, a partir da descrição e análise das construções em que *haver* e *ter* assumem um valor epistêmico³, procurar relacionar este com outros tipos de funcionamento destes verbos, visando identificar os fatores que aparentemente condicionam a emergência dessas leituras epistémicas. Pretendo deste modo aferir se e em que estruturas alternam ou competem para expressão dos mesmos valores (ou de valores próximos, tanto quanto é possível essa interpretação para dados do passado) e se em outras estruturas ou contextos eventualmente se diferenciam. O presente trabalho visa, em suma, identificar mudanças ou tendências ocorridas na história da língua, procurando relacionar as alterações sofridas por *haver* e *ter* nos seus diferentes usos.

2. Aspectos teóricos e metodológicos

No presente trabalho, que é essencialmente descritivo, recorrerei a conceitos da área de estudos da gramaticalização. Este tipo de enquadramento justifica-se pela natureza do objeto de estudo, em função da diversidade de

tecer com algumas das formas do pretérito perfeito composto (?hei / ?hás / ?há dito / havemos/haveis/?hão dito).

³ Apresentei alguns aspectos preliminares deste estudo, com base apenas num conjunto limitado de dados, em Brocardo (2017a).

funcionamentos dos verbos em causa (que noutras abordagens poderiam ser tratados como polissemia, por exemplo). A perspetiva que aqui adotarei será, a meu ver, adequada para tratar, em diacronia, os processos de mudança ocorridos e os seus resultados no funcionamento das formas, nas construções diversas em que ocorrem, em diferentes sincronias. Este tipo de relação entre mudança (diacrónica) e sincronia é crucial nos estudos da referida área, em que se defende de um modo geral que as abordagens diacrónicas são essenciais para o conhecimento e compreensão dos fenómenos linguísticos e para a formulação de hipóteses teóricas que visam a sua explicação.

Verbos do tipo de *haver* e *ter* manifestam, em sincronia, uma variabilidade de valores, incluindo funcionamentos que podem associar-se a diferentes categorias ou classes (por exemplo, na distinção verbo / auxiliar), que nos estudos de gramaticalização se definem como decorrendo de uma relação ou ‘derivação’ diacrónica – processo de gramaticalização – que deverá permitir explicar a sua relação, também em sincronia. Assumirei, portanto, que *haver* e *ter*, em contraste com verbos como, por exemplo, *existir*⁴ ou *possuir*, são formas ‘gramaticalizadas’, sendo a sua diversidade de funcionamentos, em sincronia e em diacronia, justamente a evidência dessa caracterização⁵.

A área de estudos de gramaticalização fornece portanto, a meu ver, o enquadramento adequado para uma investigação sobre formas e construções que, no percurso histórico da língua, sofrem mudanças que se manifestam como inovação / obsolescência e persistência e que aparentemente decorrem da competição entre formas / construções para a expressão de valores próximos, configurando justamente processos de gramaticalização.

Refiro em seguida alguns aspectos metodológicos. Os dados analisados neste trabalho – ocorrências de *haver* / *ter* em construções com um funcionamento caraterizável como epistémico – foram recolhidos de forma exaustiva num conjunto de fontes textuais, que identifico mais à frente neste ponto, correspondentes a testemunhos do português antigo, datados ou datáveis dos

⁴ Refiro aqui *existir*, visto que em português, como é sabido, é esse um dos valores do verbo *haver*. Além do valor de existência, *haver* ocorre também em expressões temporais, cujo diferente funcionamento em português (europeu) contemporâneo, em função de um valor de “duração ancorada” e de “designação de intervalos / localização”, foi descrito com base no conceito de gramaticalização em Móia (2011).

⁵ Na linha do que tem sido defendido, com exemplos semelhantes, por, por exemplo, Lehmann (2002, 34), ou com outros verbos, como em inglês *go* (e que se aplicaria obviamente a verbos do mesmo tipo em português e noutras línguas românicas) por Hopper e Traugott (2003, 3), entre outros.

séculos XIII e XIV⁶. Este critério de seleção das fontes levou assim a excluir textos cuja data de redação ou versão original se supõe situar-se neste período mas que apenas se conservam em cópias tardias, com datas efetivas ou conjecturais que ficam já fora do âmbito cronológico referido. O respeito por este critério de seleção das fontes não deixa de ter consequências, como é óbvio, na quantidade e, sobretudo, na diversidade, das fontes textuais, dada a escassez de testemunhos conservados para este período, mas considero que é essencial em estudos linguísticos.

Embora tendo começado, na minha descrição, por separar os dados dos dois séculos, acabei por não usar no texto essa separação, tendo portanto considerado o conjunto dos dados recolhidos para o período definido. A separação por séculos acaba por resultar de um corte cronológico muitas vezes necessário mas sempre algo aleatório, além de que, neste caso específico, é realmente muito escassa a produção do século XIII, pelo que uma eventual comparação de dados dos dois séculos seria pouco significativa em função da desigualdade quantitativa e de diversidade de géneros representados nos testemunhos dos séculos XIII e XIV. Acresce ainda o facto de que vários testemunhos geralmente considerados como respeitando ao século XIII têm datas conjecturais de finais do mesmo, sendo dificilmente sustentável uma datação estrita que separe essa linha temporal. Em qualquer caso, todos os exemplos transcritos têm indicação da fonte (através de uma sigla, como indicado na lista abaixo) e respetiva data.

Embora o trabalho que aqui apresento parta de levamentos exaustivos nas fontes selecionadas, não se sustenta em dados de ordem quantitativa, pretendendo antes basear-se em análises qualitativas. Creio que importa sempre ter em mente as limitações impostas a estudos sobre fases passadas da língua, recuperáveis apenas a partir de fontes escritas, com representatividade diferenciada em termos quantitativos e qualitativos, em diferentes épocas. Assim, tenho procurado sempre atender às especificidades dos textos / testemunhos que são usados como fontes, incluindo questões associadas à diferenciação de géneros textuais, que necessariamente condicionam a ocorrência de determinados tipos de formas ou construções (como procurei argumentar nouros trabalhos, em particular em Brocardo 2014). Todos estes aspetos levam a relativizar a relevância que pudesse atribuir-se a dados de natureza estritamente quantitativa, sobretudo em períodos antigos, em que a documentação remanescente é escassa e pouco diversificada do ponto de vista dos géneros textuais representados. Ainda assim, nas minhas descrições, farei referências

⁶ Uso a designação ‘português antigo’ de acordo com a proposta de periodização, não publicada, de Luís Filipe Lindley Cintra (ver Castro 1999).

pontuais a questões de frequência, mas que devem ser entendidas como meramente indicativas, sempre tendo em mente que estamos perante documentação remanescente, cuja representatividade em relação à língua da época é certamente limitada.

As fontes usadas foram as que em seguida enumero, a partir da sua caracterização em diferentes géneros textuais⁷, para que uso as designações mais usuais na literatura. As referências das edições usadas são dadas no final do artigo.

Documentos de chancelaria⁸

[CAIII] *Documentos em português da Chancelaria de Afonso III* (século XIII)

Documentos notariais de diferentes proveniências

[DPMDL] *Documentos portugueses do Minho e Douro Litoral* (séculos XIII e XIV)

[DPNRL] *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa* (séculos XIII e XIV)

[DPVR] *Documentos portugueses de várias regiões* (séculos XIII e XIV)

[NT] *Notícia de Torto* (1214?)

Foros e Costumes

[CS] *Costumes de Santarém* (séculos XIII e XIV)

[FG] *Foros de Garvão* (séculos XIII e XIV)

Traduções de textos castelhanos de caráter jurídico ou legislativo

[FD] *Flores de Dereyto* (finais do século XIII?)

[FR] *Foro Real de Afonso X* (século XIII?)

[PP] *Primeyra Partida de Afonso X* (século XIV)

⁷ Uso normalmente ‘géneros’ em vez de ‘tipos’ textuais, como é mais usual na bibliografia de história da língua portuguesa, não me detendo aqui na discussão desta questão. Os vários itens considerados têm por base, com adaptações, as tipologias de Cintra (1999²), para os textos ‘não literários’, e Castro (2006), bem como outras geralmente usadas pelos autores das diferentes edições. É de notar ainda que dentro de um dado género se diferenciam vários subgéneros, como, por exemplo, *cartas de foro, de doação, de mercê, de confirmação, de conciliação*, nos documentos de chancelaria, ou *testamentos, vendas, emprazamentos, procurações, câmbios, fintos*, nos documentos notariais.

⁸ Haveria aqui a considerar, neste âmbito cronológico, outras fontes como o documento régio *Testamento de Afonso II*, de 1214, que não incluí por não registrar ocorrências das construções em estudo, bem como os textos de outras chancelarias régias, cujas edições, porém, me colocaram dúvidas, além de não estarem acessíveis em formato digital na sua totalidade.

Nobiliário⁹

[LLCP] *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (fragmento do séc. XIV)

As ocorrências que apresento ao longo do trabalho correspondem, necessariamente, apenas a exemplos, idealmente representativos, da totalidade dos dados levantados e serão identificados com a sigla atribuída ao testemunho e respetiva data.

No ponto seguinte, irei descrever as ocorrências de *haver* e *ter*¹⁰ nos testemunhos do português antigo selecionados, começando pelas construções com *haver*.

3. Descrição dos dados

3.1. Haver

As construções em que *haver* ocorre correspondem a estruturas transitivas predicativas, estando estas largamente representadas nos documentos notariais, sobretudo por atestações em que coocorrem, no constituinte predutivo, adjetivos como *forte*, *firme*, *estauil*, como nos exemplos abaixo, quer do século XIII, quer do século XIV, havendo também ocorrências nos documentos de chancelaria (1). O constituinte predutivo parece ser mais frequentemente introduzido pela preposição *por*, que, porém, não é obrigatória, como se observa em 1 e 3¹¹.

⁹ Este testemunho corresponde a um texto em que, além das passagens propriamente linhagísticas, com uma estrutura bastante repetitiva, há várias passagens narrativas, nas quais de facto se encontra a larga maioria das ocorrências relevantes para este estudo.

¹⁰ Uso a forma ortográfica moderna para referir, em abstrato, os paradigmas verbais que são objeto deste trabalho. Nas fontes textuais as grafias são variáveis, como se sabe. As formas de *haver* são mais frequentemente grafadas sem ‘h’, e as formas de *ter* apresentam diferentes grafias, que nalguns casos poderão corresponder a diferenças fonológicas em relação às formas modernas, como a persistência de hiato ou a nasalidade (por exemplo, ‘êer’).

¹¹ Em português (europeu) contemporâneo em estruturas semelhantes, com verbos diferentes, a preposição *por* pode ocorrer, mas mais geralmente o constituinte predutivo não é introduzido por esta preposição. Confronte-se, por exemplo, *considerar* (*O Rui considera a Ana pouco esperta*) e *tomar* (*Geralmente, os políticos tomam os eleitores por parvos*). Os exemplos são de Raposo (2013, 1346), sendo os verbos em causa referidos por este autor como ‘verbos de crença’. Noutros pontos da *Gramática*, porém, verbos com este tipo de funcionamento são designados ‘epistémicos’ (Oliveira e Mendes 2013).

- (1) ey firme estauil esse estrumēto e todas as couzas que ele son côteudas [CAIII 1269]
- (2) e que quer que per esse dito procurador ou procurador ou procuradores que el fezér for feyto. nos auemulo pur forte e pur firme. [DPNRL 1279]
- (3) E auemos firme e stauil pera todo sempre todalas couzas sobreditas e cada húa delas que forẽ feytas e procuradas pelo dito nosso procurador. [DPNRL 1290]
- (4) que uendesse a meya da dita tenda & que recebesse ende o preço. E que o auyã firme e estauil pera todo sempre [DPVR 1300]

O mesmo tipo de construção aparece também atestado nos textos jurídicos, embora com atestações singulares, quer nas *Flores de Dereyto*, quer na *Primeira Partida*¹²:

- (5) pode seer persoeyro por qual que[r] destas outras dando boo fiador que el fara auer por firme e por stauil [FD séc. XIII?]
- (6) saluo ende se os dessem a elles meesmos e os metessem ē teença ou sse metessem algū en posissom en logar doutro e nōno sabendo elle \$ e quando o soubesse e o ouesse por firme [PP séc. XIV]

Estamos, aparentemente, perante o que poderíamos descrever como uma expressão fixa, uma fórmula, cuja função parece corresponder a uma expressão de validação forte do asserido, como o género textual em causa – documentos notariais e de caráter jurídico – em princípio permitiria antecipar em termos do tipo de valor epistémico que é marcado.

Além desta expressão, ocorrem também construções idênticas, embora mais esporadicamente, com outras formas no constituinte predicativo:

- (7) Ca disse que sobresto nō queria cō o dito Monsteiro mais preyto nē demāda E o dito Priol por ssi e por sseu Conuēto assy rreçebu e ouuesse de todo por entrege [DPNRL 1339]
- (8) E esto todo louuo e outorgo e ey por meu tesstamēto e pustumiera vóótade que mādo que sseia firme e stauil pera ssenpre como dito he [DPNRL 1383]

Registei ainda duas ocorrências de *haver por nenhum*, sendo uma das ocorrência única da construção epistémica com *haver* nos *Foros e Costumes*, em que se gera o mesmo tipo de valor, na negativa:

¹² *Haver* não ocorre com este tipo de valores no *Foro Real*. Mas sobretudo no caso da *Primeira Partida* este dado poderá ter algum relevo, visto que se trata de um texto bastante extenso, em que, portanto, há potencialmente uma representatividade quantitativa assinalável. A ocorrência singular de *haver* epistémico neste testemunho contrasta com a sua elevada frequência nos restantes usos do verbo e também com a elevada frequência de *ter* em construções com aquele valor, como se referirá adiante.

- (9) Esto se guarda *per esta guisa* se o outor *que ha-de pruar* fala cõ a testemunhã *ẽ condanamēto* do feito. ainda que a testemunhã diga en todo por el. auer-lo-am por nenhū seu dito. [CS século XIV]
- (10) O qual estormēto Assy' mostrado E eu visto como a pobríciao dele fflecta perante os vígajros *que desto nõ eram Juizes ouue* a dicta pubríciao por nenhū [DPNRL 1353]

Está também representada a expressão *haver por bem*, embora tenha assinalado uma única ocorrência nos testemunhos analisados:

- (11) Esta ujnhā tenhadess uoss en dyas de uossa ujda e dūa <uosa fýlha> {pesoa qual uos e noss ouuermoss por bẽ}. [DPNRL 1294]¹³

No Livro de *Linhagens do Conde D. Pedro*, numa das passagens narrativas, temos ocorrências (12 a 14) que parecem atestar usos mais diferenciados, em termos contextuais, da construção. Trata-se do mesmo tipo de estrutura sintático-semântica, mas as diferentes formas que aparecem no constituinte predicativo, dado justamente os tipos de discurso mais diversificados que o género textual propicia, parecem indicar que a construção não se limita a funcionar em expressões fixas ou fórmulas, como predominantemente parece acontecer nos exemplos dos testemunhos antes referidos.

- (12) diserõlhi senhor nõ he oie o dia uoso. auedeuos por preso [LLCP séc. XIV]
- (13) O seu doo e a sa mäzela e coyta era tã grande *que todos aquels que o uirõ ouuerõ por estranho* como aquela ora nõ moreo [LLCP séc. XIV]
- (14) E recebeu grande onra do grã meestre e de toda a caualaria *porque se ouuerõ del por bẽ seruidos* [LLCP séc. XIV]

3.2. Ter

As ocorrências de *ter* com valor epistémico são desde logo bastante mais frequentes, comparativamente com as de *haver*, embora, como antes referi, este dado puramente quantitativo careça, só por si, de relevância. No entanto, como em seguida procurarei mostrar, não é apenas a frequência que difere nas ocorrências dos dois verbos, mas também a maior diversidade de contextos em que *ter* ocorre nos testemunhos analisados.

Em primeiro lugar, parece ser muito frequente a expressão *ter por bem*, de que assinalei inúmeras ocorrências, em contraste com a ocorrência única de *haver por bem* referida antes (exemplo 11). A expressão ocorre em todos

¹³ A expressão ocorre em passagem raspada (indicada entre {} na edição), mas considerei esta atestação visto que a natureza da correção do escriba não incide na forma, mas sim na especificação do beneficiário.

os géneros textuais, à exceção do nobiliário. Apresento em seguida alguns exemplos.

- (15) *a qual a my deuyã a fazer en refazimēto do Castello de Mirāda per uosso mādado assi como uos teuerdes por bē* [CAIII 1266]
- (16) *E aynda outorgo; de lhis dar en herdamento pera todo sempre valya de duzetas libras que lhe las possa render en cada hūu ano des Mȳo ata Tejo aly hu don Martim gil e Lourenço scola teuerem por ben e assi como eles por ben teueren segundo seus e ssas almas* [DPVR 1289]
- (17) *Item os degredos deuē a seer de [conçel]ho & o Conçelho os dar a quen teuer por ben enquanto [se o concelho pagar] & os degredos [deuem a seer asy como o concelho teuer] por ben con o Alcayde & con os Aluazijs* [CS 1294]
- (18) *Se alguū omē non quiser ou nō poder ordinhar *per sy* a manda que fezer de ssas cousas e der seu poder a outrē que a ordīe e *que* [a] dé naquelles logares hu el teuer por bem* [FR século XIII?]
- (19) *E *que* des alj adeāte *que* o Priol e sseu Conuēto dessen a dita ssa herdade a quem quisessem e por bem teuessem* [DPNRL 1339]
- (20) *na qal era côteudo entre as outras cousas *que* o dicto Senhor mādaua & tinha por bē* [DPVR 1322]
- (21) *e façades delas & de cada hūa delas o que por ben teuerdes* [DPMGL 1345]
- (22) *E esto nō se guarda. ca o alcayde sē o Concelho mete quē tē por bē por porteyro.* [CS século XIV]
- (23) *nō pode seer sen culpa por *que* semelha *que* o *consente* e o tē por bē.* [PP século XIV]

Se é um facto que *ter por* ocorre muito frequentemente com *bem* no constituinte predicativo, o que levaria a pensar mais uma vez nalgum tipo de expressão fixa, atestam-se também muitas ocorrências em que, na mesma construção, *ter por*, ocorrem várias outras formas, por vezes em coordenação, com formas como *dereyto* ou *guisado*:

- (24) *e como passou o preyto que façades hy aquello que teuerdes por ben. e por dereyto* [FD século XIII?]
- (25) *E quando quiseren dar comēda ou offizio a algūū de ssa ordē nōno deuē fazer por sempre mays por algūū tēpo segundo teuerē por bē e por guisado* [PP século XIV]

Mas além deste tipo de estruturas, em coordenação com *bem*, várias formas diferentes ocorrem no constituinte predicativo, desde logo o antónimo *mal*, e muitas outras, como nos exemplos:

- (26) *Repeendimēto tanto quer dizer como teer o homē por mal a cousa *que* ha feyta ssem guisa e auer uōōtade de sse partir della.* [PP século XIV]
- (27) *Sabede *que* nos usamos e teemos por derreyto *que* o meyrão o corega coma outro ueçō* [FG século XIV]

- (28) *e ora he me dito per algūus ffidalgos naturaaes desse Monsteiro que uos nō guardastes esto que uos assj he mandado per El Rej e per mj~ que uolo em sseu logo deffendj ffingindo que dades esses prestamos per mādado e costrengimento. dos vigayros de Bragáa o que eu tenho por muyto stranho sse assj he [DPNRL 1342]*
- (29) *E por em aquel por que rreçebe o bautismo (...) outrossy sse deue teer por muyto onrrado por que o rreçebreu [PP século XIV]*
- (30) *E estas palauraas disse Sam Paulo que quer dizer que nos deuemos a teer por onrrados e preçados muyto ou preçarmos muyto pola cruz de Nostro Senhor Ihesu Cristo en que el quis morrer [PP século XIV]*
- (31) *E por ende deuemos a teer os bispos por santos e obedeecerlhys e onrralos [PP século XIV]*
- (32) *E a outra por que sse deuã a teer por auondados en auer daquela oferta (...). [PP século XIV]*
- (33) *E este temor dá a entender ao que faz peendēça que sse tenha por cijza. \$ E por esta rrazõ meesma a poẽ os clerigos aos cristãos o primeyro dia de quaresma [PP século XIV]*
- (34) *E esto he pola crēça que am enos sacramētos e por que o tēẽ por seu prelado [PP século XIV]*
- (35) *E esto teue a Santa Jgreia por tam mao erro que o que ffosse ia bispo, se esto errasse e lhe ffosse prouado, mandou que perdesse o bispado por ende. [PP século XIV]*
- (36) *Por bẽ auēturado sse deue a teer todo homē que pode fazer jgreia hu sse ha de sacrificiar tā nobre causa [PP século XIV]*
- (37) *E nō sse deue a eygreia a teer por agrauada en auer muitos padrões [PP século XIV]*
- (38) *Mais enaqueelles logares que taes cousas come estas usam a dar e fosse custume que o teuessem por bōõ tam bem os que as dessem come os que as rreçebessẽ [PP século XIV]*

Como se pode constatar, é a *Primeira Partida* que fornece o maior número de atestações (de que aqui cito apenas uma parte), por ser texto de grande extensão, mas também, como se ilustra com o exemplo abaixo, no *Livro de Linhagens* estas construções ocorrem, reforçando assim a ideia de que *ter* seria produtivo, em construções transitivas predicativas, com valor epistêmico.

- (39) {(...) E ... seendo comēdo filhou dō *gonçalo* sa molher e trosquioua (?) e ... húa pele a auesas (?) ... uũ sendeiro d'albarda o rostro cōtra o rabo do sendeiro. e huū home cō ela e nō mais. e ... pera sa terra per ante hu el Rei estaua cō muitos ... teuese por desonrado (?) desto e diselhi dō *gonçalo* por mais pouco ca esto cegou ē aatei huū adeantado de meu auoo sete cōdes. e el lhi dise. Senhor cegoos a torto e moreu por em (?)} [LLCP século XIV]

Atente-se no exemplo 40, que evidencia mesmo uma construção sintaticamente diferente – *ter (alguém) em par de morte* – talvez parafraseável por ‘achar / pensar que alguém está (quase) morto’:

- (40) E o dôzel marinho quebrou húa perna e quatro costas. e dô Vaasco tā mal ferido que o teuerā ē par de morte [LLCP século XIV]

Ter ocorre também nos testemunhos analisados, com um funcionamento epistémico, em estruturas sintaticamente mais complexas, o que acontece em diferentes contextos, que em seguida irei exemplificar e procurar descrever.

Em primeiro lugar, refiro os casos em que ocorre *ter por bem*, que já antes referi como expressão de ocorrência frequente, mas em casos em que o complemento de *ter*, ao invés de estar representado por um sintagma nominal, como em exemplos já citados – *ter por bem alguém / alguma coisa* – ocorre como uma infinitiva introduzida pela preposição *de* – *ter por bem de alguma coisa se fazer*. Assinalei este tipo de estrutura apenas no século XIV, na *Primeira Partida*, porém aí num número muito considerável de ocorrências, entre as quais os exemplos seguintes:

- (41) Ca assy como lhys praze de sse aproffeytarē dos bēns della assy deuē teer por bē de pagarē sa parte en tāes despesas. [PP século XIV]
- (42) E por *que* os arrçediagoos som vigayros dos bispos teue por bē a Santa Igreia de mostrar *que* he o *que* podē fazer [PP]
- (43) E por *que* as rrequezas deste mūdo destoruam esto, tēē por bē de o leyxar todo e seguē aquelo que disse Nostro Senhor Ihesu Cristo [PP século XIV]

No mesmo testemunho, atesta-se este tipo de estruturas também com outras formas, como o comparativo de *bem*, *melhor*, ou o nome *dereyto* no constituinte predicativo:

- (44) ca por melhor teue a Santa Igreia de a nō dizerē nē de a ouuyrē ca seer dita en logar hu nō conuēha [PP século XIV]
- (45) e como tē por dereyto de as ēmendar [PP século XIV]

Além deste tipo de construção, com infinitiva como complemento de *ter*, assinalei também ocorrências em que esse complemento é uma oração completiva, introduzida por *que*, com formas como *bem*, *razõ* e *dereyto* no constituinte predicativo. Estas estruturas estão atestadas no século XIII, no *Foro Real*, com uma única ocorrência de *ter por bem que*, e muitas ocorrências no século XIV, todas na *Primeira Partida*:

- (46) E outrosy teemos por ben que todos os bispos e outra clerizya *que* den dereyta-mente os dizimos de todos seus bees [FR século XIII?]

- (47) manda a Santa Jgreia e tẽ por bẽ que ē todolos domjgos e en todalas festas rrenouē a escomūhō cōsselheyramēte ante todos os cristãos. [PP século XIV]
- (48) E por ende teuerõ por bẽ os sabhos antigos *que* fezerõ as leys e ainda os *que* falarõ no dereyto da Santa Jgreia que os bẽes e as *cousas* dos rromeus nẽ hūn nõnas deue fortar [PP século XIV]
- (49) *que* por esso nõ tinhā por rrazõ que o fezessem [PP século XIV]
- (50) E por en teemos por dereyto que o *que* se quiser bautizar mays dúa uez fazēdo a ssabendas *que* deue morrer pore. [PP século XIV]

Por fim, *ter que* ocorre com uma oração completiva, sem qualquer expressão do tipo das que acima foram referidas. Esta estrutura aparece uma única vez no século XIII, mas, de forma muito significativa, num dos mais antigos textos escritos em português, a *Noticia de Torto* (neste caso com a forma *qua* em vez de *que*):

- (51) E por istes tortos que li fecerũ tem qua a seu plazo quebrātado e qua li o deū por sanar. [NT 1214?]

A estrutura atesta-se também no século XIV, na *Primeira Partida*, como nas sequências seguintes, entre outras:

- (52) E os clérigos d' ouriente nõ quiserom este prometimēto \$ ca teuerõ que he melhor cousa e mays sem perijgo de casar ca de prometer castidade e nõna poder māteer [PP século XIV]
- (53) E *por* esta rrazõ conuē muyto ao pecador *que* seia muy omildoso en duas maneyras: \$ a hūa en ssy teer que he errado. [PP século XIV]

Veja-se também o exemplo seguinte, da mesma fonte, em que a coordenação com o verbo *crer* permite de forma ainda mais evidente perceber o valor epistémico da construção:

- (54) ca seeria cousa muy ssem rrazõ de *seer* hūu testemūha da cousa *que* nõ cree nẽ tẽ que he uerdadeyra [PP século XIV]

As restantes atestações de *ter que* com frase completiva são do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, fonte em que ocorre também repetidamente:

- (55) Estes cristãos ueẽ desacaudelhados e teẽ que ia nõ podemos tornar a eles [LLCP século XIV]
- (56) E asi estauã os campos e uales e mōtanhas cubertas deles *que* os mais dos cristaos *que* hy forã tijnhā que tāta caualaria de mouros nõ podia auer ē todo africa nẽ en asya [LLCP século XIV]
- (57) Outros tijnhā que porque os mouros som grandes estrologos *que* faziā parecēça de fantasmas d'omees de caualo. e nõ erã tantos como parecia [LLCP século XIV]

Estes dois testemunhos fornecem também um outro tipo de evidência para a interpretação de *ter* com valor epistémico, que é o facto de outros verbos, a que se associa o mesmo tipo de valor, *entender* e *pensar*, ocorrerem em contextos aparentemente semelhantes:

- (58) E por que entendeu a Santa Igreja que era cousa onde naçã muitos maes aos que sse acôpanhauã cõ elles, defendeu muito assinaadamẽte que o nõ fezessem [PP século XIV]
- (59) Mays todo esto nõ lhis ualia rem ca os cristaãos crecialhis mays e mais as forças. entêdiã que andauã cobertos da graça da uera cruz ē que tragiã os olhos. [LLCP século XIV]
- (60) uirõ que os cristãos yã pera mal. e que a az da coynha andaua destroindo ē eles pensarõ que a lide era fijda e os cristaãos uẽcudos [LLCP século XIV]

Naturalmente que este tipo de observação não pretende colocar a hipótese de que os valores veiculados pela construção *ter que* com oração completa seriam exatamente os mesmos que os de construções com *pensar* ou *entender* no mesmo tipo de estrutura sintática. Haveria, por exemplo, que afeirir possíveis interferências de valores temporais / aspetuais com os valores modais veiculados, com diferentes verbos, além de outros fatores, de ordem contextual, que permitissem formular generalizações mais sustentadas sobre as semelhanças ou diferenças semânticas entre verbos plenos que veiculam valores epistémicos¹⁴ e verbos gramaticalizados, como, neste caso, *ter*, neste tipo de estruturas.

3.3. Síntese e discussão dos resultados

Como acontece com outros funcionamentos de *haver* e *ter* na história do português, a competição entre os dois verbos parece ser precoce quando os mesmos ocorrem em diferentes construções em que se geram valores caracterizáveis como epistémicos. Ou seja, tanto quanto é possível interpretar os dados veiculados pelos testemunhos remanescentes, *haver* e *ter* parecem contribuir para gerar, nas construções em causa, o mesmo tipo de valor, que corresponderá a uma expressão da validação, por parte do sujeito, do que é expresso no enunciado. Esta validação corresponderá um valor de crença forte ou certeza, residindo o valor epistémico na validação subjetiva do enunciado (ou ‘subjetcificação’, no sentido de, por exemplo, Traugott 2010).

¹⁴ Haverá ainda que estabelecer, para o período em causa, que verbos ocorrem com este tipo de funcionamento, uma temática ainda não muito explorada na história do português, à exceção do trabalho de Rocha (1996) sobre *saber* e *conhecer*. Apresentei um estudo ainda muito preliminar sobre verbos plenos com valor epistémico, mas apenas com base em dados do século XIII, em Brocardo (2017b).

A leitura epistémica de *haver* e *ter* parece decorrer de fatores contextuais de ordem sintático-semântica, relacionados, à partida, com a sua ocorrência em estruturas transitivas predicativas. Neste tipo de estruturas, a coocorrência, no constituinte predicativo, de formas de diferentes classes (adverbiais, nominais, adjetivais) a que se associa algum tipo de apreciação valorativa, quer positiva (*bem*, *firme*, *estauil*, *forte*, *dereyto*), quer negativa (*mal*) parece também favorecer a inferência do valor epistémico da construção.

A competição entre os dois verbos para a expressão dos mesmos valores (ou de valores próximos) pode ser aferida pela sua ocorrência no mesmo tipo de contextos, e também em diferentes géneros textuais. Refiro-me em particular a construções como as exemplificadas em 12, 13, 14, com *haver – haver por preso / estranho / bē seruidos* – e em 28, 29, 39, 31, 36, 37, com *ter – ter por stranho / onrrado / desonrado / santos / bē auēturado / agrauada* – com formas sobretudo adjetivais (ou participiais) e nalguns casos nominais no constituinte predicativo. Apesar de a frequência de ocorrência destas construções não ser muito elevada, a diversidade de formas que nelas ocorre parece indicar a produtividade de ambos os verbos neste tipo de construções, do mesmo modo que permite conjecturar que os seus valores seriam idênticos ou, pelo menos, muito próximos, como antes referi.

Em contrapartida, outras ocorrências dos dois verbos parecem antes apontar para usos contextualmente diferentes. Assim, no caso de *haver*, parece ser-lhe exclusiva (ou quase exclusiva) a expressão *haver (por) firme (e estauil)* que ocorre nos documentos notariais, incluindo aqui uma carta régia (de CAIII). Esta expressão, com poucas variantes¹⁵, corresponderá, como referi em 3.1., a uma espécie de fórmula fixa, que seria característica deste género textual, e cuja função seria justamente de marcar uma asserção forte de algum aspeto do conteúdo do documento ou de marcar a validação do próprio documento enquanto tal. Num contexto textualmente diferente, assinalei apenas uma única ocorrência de *ter por firme*, na *Primeira Partida*¹⁶.

A (quase) exclusividade de *haver* neste tipo de uso poderá estar associada a diferentes fatores. Por um lado, o próprio caráter formulaico que a expressão parece assumir desfavoreceria a variação, neste caso entre *haver* e *ter*. Mas poderá também relacionar-se com o facto de, no período mais antigo da história do português, haver indícios de que entre *haver* e *ter* persistiria uma

¹⁵ Como variantes refiro-me aqui a ocorrências com outras formas, geralmente em coordenação com *firme*, em expressões como *haver (por) forte e firme* ou *haver (por) firme e outorgado*.

¹⁶ O exemplo, que não citei antes, é: E ssegūdo aquisto deuē fazer tā̄es obras per que sse mostre o que Deus enelles confirmou que o tē̄e elles por firme [PP século XIV].

diferenciação dos valores marcados pelos dois verbos. Assim, como procurei mostrar em Brocardo (2006), em estruturas de ‘posse’¹⁷, *haver* e *ter*, mesmo quando ocorrem com os mesmos sintagmas nominais como complementos, marcam relações de tipo semanticamente diferente, estando o primeiro associado ao valor de posse estrita (por oposição a posse temporária), ou a outro tipo de relações perspetivadas como inerentes ou permanentes, em contraste com *ter*, que marca outros valores, como ‘posse’ temporária, por exemplo. Esta hipotética persistência de uma diferenciação semântica entre os dois verbos, e, em particular, a persistência de um valor de relação inerente ou estável como (ainda) exclusivo de *haver* poderia também justificar a clara predominância deste verbo nas expressões ou fórmulas de validação forte que ocorrem nos documentos notariais.

Em comparação com *haver*, *ter* é em termos gerais mais frequente no conjunto das construções com valor epistémico em que ocorre. Mas diverge também no tipo de estruturas sintáticas, sendo-lhe exclusivas as estruturas em que o objeto é uma oração. Isto acontece, como antes referido, quando ocorrem estruturas transitivas predicativas, quer com uma oração infinitiva como objeto – *ter por bem de* + infinitivo (não flexionado ou flexionado) – quer com uma completiva – *ter por bem que*. Além disso, são-lhe também exclusivas as estruturas transitivas com *ter que* e uma oração completiva, em que não coocorre, portanto, *bem*. Este é um dado de particular relevância, até porque, como antes referi, se trata de uma estrutura que aparece atestada muito cedo¹⁸, além de se tratar da única estrutura, de entre as assinaladas com valor epistémico, que não corresponde a uma estrutura transitiva predicativa. Isto evidenciaria a extensão de *ter* a diferentes contextos sintáticos, de algum modo podendo indicar que a leitura epistémica deste verbo está relativamente menos dependente de fatores contextuais. Naturalmente que se pode estabelecer uma relação entre estruturas transitivas predicativas como,

¹⁷ No mesmo trabalho argumentei que este tipo de caracterização não é o mais adequado, na sequência do proposto por outros autores, propondo antes a caracterização de *haver* e *ter* em estruturas transitivas como ‘estativos locativos’. Não retomo aqui a argumentação desenvolvida, o que alongaria desnecessariamente o texto.

¹⁸ Trata-se, é certo, de uma ocorrência singular no século XIII, mas isso dever-se-á, muito provavelmente, mais à especificidade do subgénero textual em que se regista – uma ‘notícia’ – ou talvez mais ainda à especificidade do próprio texto, que envolve um contexto discursivo – o relato, feito na terceira pessoa, dos ‘tortos’ sofridos por um nobre da época – que propicia a ocorrência de estruturas linguísticas geralmente ausentes em testemunhos que se incluem no mesmo género, em termos muito latos, documentos notariais ou ‘diplomas particulares’ (na designação usada por Castro 2006, 88). A estrutura em causa também não ocorre, de facto, nos documentos deste género do século XIV.

por exemplo, as dadas em 29 e 31 – *teer (alguém) por onrado / santo* – e que são idênticas a ocorrências de *haver*, e estruturas com completiva, como, por exemplo, em 53 – *ter que_(alguém) he errado*¹⁹ – mas não deixa de ser de assinalar como particularmente relevante, na comparação dos dados de *haver* e *ter*, que o segundo tipo de estrutura apenas se ateste com *ter*.

4. Conclusões

Os dados analisados parecem mostrar que, havendo competição entre *haver* e *ter* em construções em que se geram valores epistémicos, ao contrário do que acontece mais geralmente em português antigo, é *ter* que de certo modo predomina nestes usos sobre *haver*, quer em termos de frequência (mas este aspeto deverá ser sempre menos preponderante), quer sobretudo na diversidade de estruturas em que ocorre e na relativamente menor dependência contextual para gerar valores epistémicos, nomeadamente na estrutura *ter que + completiva*.

Dada a diversidade de funcionamento destes verbos na diacronia do português, seria de procurar identificar uma ligação entre o seu funcionamento como epistémicos e os outros funcionamentos dos verbos em causa, procurando determinar uma possível relação entre eles, estabelecida em diacronia. Parece claro que não se pode aqui colocar a hipótese de uma relação de derivação diacrónica a partir do funcionamento destes verbos na marcação de valor temporal de futuro a que se associam valores modais deônticos (*haver / ter de + infinitivo*). A hipótese de uma derivação de valores epistémicos a partir de valores deônticos, que se formula como generalização em certos processos de gramaticalização (referida, por exemplo, em Hopper e Traugott 2003, 85; Heine 2003, 594), mas que em outras abordagens, dentro do mesmo quadro, se veio a discutir (ver, por exemplo, a síntese de Ziegler 2011, 599-600), obviamente não se verifica aqui. A emergência tardia do funcionamento deôntico de *ter* em português, a que me referi no ponto 1, desde logo aponta a inadequação deste tipo de hipótese. Além disso, os exemplos apresentados na literatura em que ocorre tipicamente uma derivação de valores epistémicos a partir de não epistémicos referem-se geralmente à emergência de valores

¹⁹ Com dados do português contemporâneo (construídos e manipuláveis), Raposo (2013, 1347), por exemplo, refere que numa frase como *O Rui considera a Ana pouco esperta*, a sequência de complemento direto e predicativo «forma um constituinte sintático (...) [ao] qual apenas falta um verbo para ser uma oração completa» (que o mesmo autor refere, em nota, ser designado por vezes uma ‘oração pequena’), o que se pode verificar comparando aquela frase com *O Rui considera que a Ana é pouco esperta*.

de possibilidade / probabilidade²⁰, diferentes, portanto, dos valores que são marcados no caso em estudo, de validação forte, por parte do sujeito, do que é expresso no enunciado, além de que as construções em causa, temporais-deônticas e epistémicas, correspondem a estruturas sintaticamente distintas.

Assim, a hipótese mais plausível, em função destes dados, parece ser a de que os usos epistémicos de *haver* / *ter* tenham emergido a partir de funcionamentos mais ‘lexicais’, no sentido em que esta designação é usada, em contraste com funcionamentos mais gramaticalizados, na área de estudos de gramaticalização, o que relativamente aos verbos em causa corresponderia ao seu funcionamento em estruturas de ‘posse’ (mas sobre esta caracterização, ver nota 17). Note-se no entanto que a oposição ‘lexical’ / ‘gramatical’ deve ser entendida como meramente operativa, tratando-se de uma oposição não discreta. O funcionamento de verbos como *haver* / *ter*, mesmo em estruturas transitivas de ‘posse’, tal como se atesta desde os testemunhos mais antigos do português (e desde o latim), evidencia já a sua ‘generalização’, condição de resto necessária para potenciar a sua gramaticalização (Hopper e Traugott 2003, 101). Note-se ainda que os estudos desta área dão também conta da possibilidade de uma mesma ‘fonte’ estar na origem de diferentes processos de gramaticalização, vindo a dar origem a diferentes ‘categorias’ (Heine 2003, 590), o que leva a colocar a tônica não na gramaticalização de uma forma, mas na gramaticalização de uma forma numa dada construção, ou da gramaticalização da própria construção (aspeto discutido em, por exemplo, Traugott 2003).

A (maior) homogeneidade das estruturas em que *haver* / *ter* ocorrem como verbos de ‘posse’ (transitivas), e com um funcionamento epistémico (transitivas predicativas), bem como os dados relativos à emergência precoce de *ter* nestas últimas²¹, sugerem uma relação plausível de derivação entre elas. Uma questão também a considerar aqui seria a de uma possível relação com a construção que se considera estar na origem de *haver* / *ter* como auxiliares de tempo composto, uma construção que em muitas atestações antigas corresponde também a uma estrutura transitiva predicativa (neste caso caracterizada como ‘resultativa’, ver, entre outros, Squartini e Bertinetto 2000).

²⁰ Em sincronia, os diferentes tipos de valores de modalidade expressos por uma mesma forma / construção são descritos em termos de ‘ambiguidade’ (ver, por exemplo, Oliveira & Mendes 2013, 635-637 para o português).

²¹ Lembre-se que embora *haver* seja referido por algumas obras de referência como mais característico das fases antigas da língua enquanto verbo de ‘posse’, *ter* se atesta desde os testemunhos mais antigos, como é o caso do *Testamento de Afonso II* de 1214.

Em português (europeu) contemporâneo, em construções estruturalmente semelhantes às que se atestam em português antigo, *ter*, ao contrário do que acontece com outros usos deste verbo, não parece ser particularmente produtivo quando está em causa um valor epistémico. Ocorre apenas em expressões como *ter (algum/a / alguma coisa) por* (a) ou *ter para* (pronome pessoal) *que* introduzindo uma completiva (b):

- (a) [S]egundo ele, a extrema-direita tinha-o por comunista, por causa das suas «ideias liberais». [CETEMPúblico 1.7 v. 8.0. *par=ext1470709-soc-95a-2*]
- (b) Desde muito jovem que tenho para mim que a solidariedade é um dos principais valores humanos e sociais. [CETEMPúblico 1.7 v. 8.0. *par=ext-1088582-pol-98a-4*]

Neste tipo de ocorrências *ter* é efetivamente parafraseável por verbos como *considerar* (*tinha-o por comunista* “considerava-o comunista”) ou *pensar* (*tenho para mim que*, “considero / penso que”), ou seja, verbos caracterizados como “verbos plenos com valor modal” (Oliveira e Mendes 2013, 662)²². Mas note-se a impossibilidade de *ter que* + completiva, sem sintagma preposicional com elemento pronominal (**tenho que a solidariedade é...*).

Considerando ainda o português contemporâneo, *haver* ocorre na expressão *haver por bem*, que alterna com *achar / entender por bem*, de que geralmente se infere “decidir” ou mesmo “fazer (alguma coisa)” (c):

- (c) Apesar de habituado à exorbitância das contas com que os TLP nos presenteiam todos os meses, não consegui «encaixar» o número de unidades de conversação que a empresa houve por bem, no mês passado, cobrar-me: 2044! [CETEM Públ. *par=ext847104-soc-92b-2*]

Em função destes dados, seria de assinalar sobretudo a persistência de *haver*, dada a tendencial obsolescência do verbo, noutros usos, em português. Porém, é patente a lexicalização, no sentido de perda de composicionalidade, da expressão em que ocorre, o que é de resto típico em casos de obsolescência, neste caso de um dos seus significados ou valores, que por vezes persiste, marginalmente, numa expressão fixa.

²² Na língua atual, *ter* pode assumir um valor epistémico, mas num outro tipo de estrutura, na construção *ter de* + infinitivo, em que esse valor está associado à interação com diferentes elementos contextuais, cuja alternância determina a possibilidade de interpretações deônticas ou epistémicas, como acontece, em casos diferentes, com os modais *dever* e *poder* (Oliveira e Mendes 2013, 648-649). Para ilustrar este aspecto, veja-se que, por exemplo, numa frase como *Ela tem de estudar mais* o valor é claramente deôntico, mas em *Ela tem de ter estudado muito (para ter conseguido passar no exame)* gera-se uma leitura epistémica.

Os usos de *haver* e *ter* epistémicos em português contemporâneo em construções estruturalmente semelhantes às que se atestam em fases passadas da língua correspondem, exceto no caso de *ter por* (a), portanto, meramente à sua ocorrência em expressões fixas, o que se torna também patente no facto de não serem geralmente referidos nas gramáticas com esse tipo de funcionamento. Verifica-se, assim, uma tendencial obsolescência ou perda de produtividade neste tipo de usos, contrariamente ao que acontece, em particular com *ter*, outros funcionamentos.

Abrangendo o presente estudo apenas o período antigo da história do português, seria naturalmente prematuro formular hipóteses para a explicação desta perda de produtividade de *haver* e *ter* em construções epistémicas. A persistência em expressões fixas, em particular no caso de *haver*, poderá estar relacionada com a maior dependência contextual desde a origem associada à inferência de leituras epistémicas deste verbo. Além disso, um outro aspeto a explorar neste domínio, além, obviamente, da análise de dados destas construções em períodos subsequentes²³, é o da possível competição, no mesmo tipo de estruturas, com verbos com valores epistémicos, como *entender* (referido em 3.2.), ou outros (*consiirar, achar*), que viriam também a desenvolver esse tipo de valores²⁴. Neste caso, portanto, a hipótese a explorar seria a de que esse tipo de competição poderia ter condicionado a persistência de *haver* e *ter* com um funcionamento epistémico, contribuindo de algum modo para a sua tendencial obsolescência.

Universidade NOVA de Lisboa

Maria Teresa BROCARDO

²³ Pelo menos até ao século XV, a construção *ter que* + completiva parece continuar a ser produtiva, estando largamente atestada em fontes textuais da época, como pude verificar a partir de algumas análises, mas não sistemáticas nem exaustivas, de textos de caráter historiográfico.

²⁴ Em Brocardo (2017b) apresentei alguns dados, mas recolhidos apenas num conjunto limitado de fontes do século XIII, sobre o funcionamento destes verbos como epistémicos.

5. Referências bibliográficas

5.1. Referências das fontes

- [CAIII] *Documentos em português da Chancelaria de Afonso III* (século XIII) — Duarte, L. F., 1986. *Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III* (Edição), Lisboa, FLUL (Dissertação de Mestrado inédita).
- [CS] *Costumes de Santarém* (séculos XIII e XIV) — Rodrigues, Maria Celeste Matias, 1992. *Dos Costumes de Santarém*, Lisboa, FLUL (Dissertação de Mestrado inédita).
- [DPMDL] *Documentos portugueses do Minho e Douro Litoral* (séculos XIII e XIV) — Maia, Clarinda de Azevedo, 1986. *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal do século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra, INIC.
- [DPNRL] *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa* (séculos XIII e XIV) — Martins, Ana Maria, 2001. *Documentos portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa: Da Produção Primitiva ao Século XVI*, Lisboa, IN-CM.
- [DPVR] *Documentos portugueses de várias regiões* (séculos XIII e XIV) — Parkinson, Stephen (s/d). *Textos Notariais do Arquivo de Textos do Português Antigo* (Oxford), Publicados em, CIPM. *Corpus Informatizado do Português Medieval*, <<http://cipm.fcsh.unl.pt>>.
- [FD] *Flores de Dereyto* (século XIII?) — Roudil, Jean, 2000. *Flores de Dereyto* (versão em português), in: *La Tradition d'écriture des 'Flores de Derecho'. Construction et étude*, tome 1, vol. 1, Paris, Séminaire d'Études Médiévales Hispaniques de l'Université Paris 13, 200-297.
- [FG] *Foros de Garvão* (séculos XIII e XIV) — Garvão, Maria Helena, 1992. *Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico*, Lisboa, FLUL (Dissertação de Mestrado inédita).
- [FR] *Foro Real de Afonso X* (século XIII?) — Ferreira, José de Azevedo, 1987. *Afonso X. Foro Real. Edição, Estudo Linguístico e Glossário*, vol. 1, Lisboa, INIC.
- [LLCP] *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (fragmento do séc. XIV) — Brocardo, Maria Teresa, 2006. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Edição do fragmento manuscrito da Biblioteca da Ajuda* (século XIV), Lisboa, IN-CM.
- [NT] *Noticia de Torto* (1214?) — Castro, Ivo, 2006. *Noticia de Torto* (Leitura crítica), in: *Introdução à História do Português*, Lisboa, Colibri, 130-135.
- [PP] *Primeyra Partida de Afonso X* (século XIV) — Ferreira, José de Azevedo, 1980, Alphonse X. Primeyra Partida. *Edition et Etude*, Braga, INIC.
- [CETEMPúblico 1.7 v. 8.0.] <<https://www.linguateca.pt/CETEMPublico>>.

5.2. Outras referências

- Brocardo, M. T., 2006. «*Haver e ter* em português medieval. Dados de textos dos séculos XIV e XV», *RLiR* 70, 95-122.
- Brocardo, M. T., 2013. «Sobre o ‘futuro’ – formas e construções marcadoras de posterioridade em textos portugueses dos séculos XIII a XV», in: Álvarez, R. et al. (orgs.), *Ao Sabor do Texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*, Santiago de Compostela, Univ. de Santiago de Compostela, 77-90.

- Brocardo, M. T., 2014. «Gramática e texto em diacronia – *haver* (mais-que-perfeito simples) *de* + infinitivo em duas crónicas de Zurara», *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* 10, 39-47.
- Brocardo, M. T., 2017a. «Construções com *haver* e *ter* de valor epistémico – alguns dados de testemunhos dos séculos XIII-XIV», (Comunicação) IVo – IV Congresso Internacional de Linguística Histórica, Lisboa, FLUL.
- Cardoso, Adriana / Pereira, Susana, 2003. «Contributos para o estudo da emergência do tempo composto em português», *Revista da ABRALIN* II/2 (Dezembro), 159-181.
- Castro, Ivo, 1999. «O Português Médio segundo Cintra (nuga bibliográfica)», in: Faria, Isabel Hub (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa, Cosmos/FLL, 367-370.
- Cintra, L. F. Lindley, [1963] 1992². «Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie», in: Faria, Isabel Hub (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa, Cosmos/FLL, 199-215.
- Heine, Bernd, 2003. «Grammaticalization», in: Joseph, B. D. / Janda, R. D. (ed.), *The Handbook of Historical Linguistics*, Cambridge USA/Oxford UK, Blackwell, 475-601.
- Hopper, Paul J. / Traugott, E. C., 2003². *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 1989. *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Lisboa, IN-CM.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 1995. «Variação e mudança no português arcaico: *ter* ou *haver* em estruturas de posse», in: Pereira, Cilene da Cunha / Pereira, Paulo R. D. (orgs.), *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 299-311.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 1997. «Observações sobre o uso dos verbos *ser*, *estar*, *haver*, *ter* no galego-português ducentista», *Estudos Lingüísticos e Literários* 19, Universidade Federal da Bahia, 253-286.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 2002. «Vitórias de TER sobre HAVER nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros», in: Mattos e Silva, Rosa Virgínia / Machado Filho, Américo Venâncio Lopes (orgs.), *O português quinhentista: estudos lingüísticos*, Salvador, EDUFBA, 119-142.
- Mattos e Silva, Rosa Virgínia, 2008. *O Português Arcaico. Uma Aproximação*, vol. 1, Lisboa, IN-CM.
- Móia, Telmo, 2011. «Expressões temporais com *haver*: gramaticalização e interpretação semântica», in: Costa, Armando / Barbosa, Pilar / Falé, Isabel (orgs.), *Textos Selecionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 401-419.
- Oliveira, Fátima / Amália Mendes, 2013. «Modalidades», in: Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva et al., *Gramática do Português*, vol. 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 623-669.
- Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva, 2013. «Orações predicativas e predicações secundárias», in: Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva et al. *Gramática do Português*, vol. 2, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1285-1356.

- Ribeiro, Ilza, 1996. «A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter, haver e ser*», in: Roberts, Ian / A. Kato, Mary (ed.), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*, Campinas, Editora da UNICAMP, 342-386.
- Rocha, Carlos, 1996. *Saber e Conhecer em textos portugueses da Idade Média*, Lisboa, FCSH-UNL (Diss. de Mestrado inédita).
- Said Ali, Manuel, 1964⁶. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos.
- Squartini, Mario / Bertinetto, Pier Marco, 2000. «The Simple and Compound Past in Romance languages», in: Dahl, Östen (ed.), *Tense and aspect in the languages of Europe*, Berlin/NY, Mouton de Gruyter, 403-439.
- Traugott, Elisabeth C., 2003. «Constructions in grammaticalization», in: Joseph, B. D. / Janda, R. D. (ed.), *The Handbook of Historical Linguistics*, Cambridge USA/Oxford UK, Blackwell, 624-647.
- Traugott, Elisabeth C., 2010. «Revisiting Subjectification and Intersubjectification», in: Davidse, K. / Vandelanotte, L. / Cuyckens, H. (ed.), *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*, Berlin, Mouton De Gruyter, 29-70.
- Ziegler, D., 2011. «The Grammaticalization of Modality», in: Narrog, H. / Heine, B. (ed.), *The Oxford Handbook of Grammaticalization*, Oxford, OUP, 595-604.

